



PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ACRE

VIII CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA CLASSE
INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO DO ACRE

TARDE

PROCURADOR DO ESTADO DO ACRE

PROVA ESCRITA SUBJETIVA



SUA PROVA

- Além deste caderno de questões contendo **8 (oito)** questões discursivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos.
- Cada questão discursiva deverá ser respondida em até **15 (quinze)** linhas.



TEMPO

- **5 (cinco) horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a responder às questões discursivas.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno está completo e sem falhas de impressão.
- Caso encontre qualquer inconsistência, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- Nas folhas de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções de preenchimento.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado nas folhas de textos definitivos.
- O preenchimento das folhas de textos definitivos é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição de folha de textos definitivos em caso de **erro** cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levados em consideração apenas os textos realizados nas folhas de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa sorte!

QUESTÃO 1

O Estatuto dos Servidores Públicos do Estado *Alfa*, veiculado pela Lei Complementar estadual nº X/2012, editada em harmonia com a respectiva Constituição Estadual, reconheceu determinado benefício estatutário, a ser pago em parcela única, aos ocupantes de cargos de provimento efetivo que, uma vez preenchidos os respectivos requisitos fáticos, viessem a requerê-lo.

Maria, servidora estadual ocupante de cargo de provimento efetivo, preencheu os referidos requisitos no dia 13 de janeiro do corrente ano, mas, antes que requeresse a fruição do referido benefício, sobreveio a Lei Ordinária estadual nº Y, publicada três dias depois, extinguindo o referido benefício. Maria, apesar disso, requereu a fruição do benefício à Administração Pública estadual.

À luz desse quadro,

- a) analise a constitucionalidade da extinção do benefício estatutário pela Lei Ordinária estadual nº Y.**
- b) Maria teria direito ao recebimento do benefício estatutário? Justifique.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

QUESTÃO 2

Em observância às formalidades constitucionais e legais aplicáveis à espécie, o Estado do Acre procedeu à instituição, em julho de 2026, da empresa pública *Alfa*, objetivando à prestação de serviços públicos em benefício da coletividade.

Registre-se que o Governador do referido ente da Federação pretende indicar Matheus, Secretário Estadual com notório saber jurídico, reputação ilibada e profundo conhecedor da área de atuação da estatal, para atuar como membro do Conselho de Administração da empresa pública *Alfa*.

Com base na situação hipotética narrada, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir, à luz da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, das disposições legais aplicáveis à temática e do entendimento doutrinário prevalecente.

a) Matheus poderá atuar como membro do Conselho de Administração da empresa pública *Alfa*?

b) Conceitue e diferencie atos administrativos simples, complexos e compostos.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

QUESTÃO 3

A sociedade empresária *Alfa Engenharia Ltda.* celebrou, em janeiro de 2022, contrato de fornecimento de estruturas metálicas com *Beta Habitações S.A.*, empresa pública estadual voltada à execução de programas habitacionais, pelo prazo de trinta e seis meses, destinado à execução de empreendimento imobiliário de grande porte. O contrato foi celebrado sob regime predominantemente de direito privado, nos termos do Art. 173, § 1º, inciso II, da Constituição Federal e do Art. 68 da Lei nº 13.303/2016.

O contrato foi livremente negociado entre partes de reconhecida capacidade técnica e econômica, contendo uma cláusula expressa de distribuição dos riscos econômicos do negócio, segundo a qual as oscilações ordinárias do mercado permaneceriam sob responsabilidade da fornecedora, bem como cláusula prevendo que uma eventual revisão contratual somente seria admitida diante de acontecimentos extraordinários não compreendidos na matriz contratual de riscos.

Durante a execução contratual, sobreveio crise internacional que ocasionou um aumento abrupto e significativo do preço do aço, elevando substancialmente os custos de produção da *Alfa Engenharia*.

Diante desse cenário, sociedade empresária *Alfa* ajuizou ação em face da empresa pública estadual, requerendo a revisão das condições econômicas do contrato ou, subsidiariamente, sua resolução.

Em contestação, *Beta Habitações S.A.* sustentou que o contrato foi celebrado entre partes paritárias, sob regime de direito privado, que os riscos foram expressamente distribuídos e que a intervenção judicial comprometeria a segurança jurídica e a liberdade contratual.

Na qualidade de Procurador do Estado, analise o caso hipotético narrado e responda, fundamentadamente, aos itens a seguir, indicando, obrigatoriamente, o item que está sendo respondido.

- a) Explique o alcance dos princípios da força obrigatória dos contratos (*pacta sunt servanda*), da função social do contrato e da intervenção mínima nas relações contratuais após a Lei nº 13.874/2019.
- b) Indique os pressupostos legais que autorizam a revisão ou a resolução do contrato por onerosidade excessiva, distinguindo a revisão prevista no Art. 317 do Código Civil da resolução disciplinada do Art. 478 ao 480 do mesmo diploma.
- c) Analise a relevância jurídica da cláusula contratual de alocação de riscos para a solução da controvérsia, à luz do Art. 421-A do Código Civil e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Solucione a controvérsia, indicando se o pedido formulado por *Alfa Engenharia* deve ser acolhido, total ou parcialmente, à luz da legislação vigente e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

QUESTÃO 4

Após o trânsito em julgado de sentença condenatória proferida por vara da Fazenda Pública da Comarca de Rio Branco, AC, e concluída a respectiva liquidação, apurou-se crédito de R\$ 400.000,00 em favor de Tarauacá Engenharia Ltda. e contra o Estado do Acre.

Antes do início do cumprimento de sentença, as partes apresentaram, ao Juízo, ajuste, requerendo sua homologação integral, com as seguintes cláusulas:

- I. o credor concederia desconto de dez por cento sobre o crédito, e o Estado renunciaria à apresentação de impugnação ao cumprimento de sentença;
- II. o saldo de R\$ 360.000,00, ainda superior ao limite das obrigações de pequeno valor, seria pago em doze parcelas mensais de R\$ 30.000,00, mediante requisições de pequeno valor autônomas, sob o argumento de que cada parcela, isoladamente considerada, não ultrapassaria o referido limite;
- III. o inadimplemento de qualquer parcela acarretaria automaticamente a multa prevista no Art. 523, § 1º, do Código de Processo Civil e autorizaria a indisponibilidade e a penhora de ativos financeiros do Estado, na forma do Art. 854 do mesmo diploma.

Considere que a legislação estadual autoriza a autocomposição sobre o crédito, que o ajuste foi aprovado pelas autoridades competentes, que as partes são capazes e estão regularmente representadas e que não há vício de vontade.

Na qualidade de Procurador do Estado do Acre, responda, de forma fundamentada, à luz da Constituição da República e do Código de Processo Civil, aos itens a seguir.

- a) **Indique se a Fazenda Pública pode celebrar negócios jurídicos processuais. Distinga a *autocomposição sobre o direito material da convenção sobre situações processuais*.**
- b) **Análise a validade de cada uma das cláusulas do ajuste, considerando os limites da autonomia processual, o regime de pagamento das condenações impostas à Fazenda Pública e controle judicial.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

QUESTÃO 5

Juliana, empregada de uma sociedade de economia mista estadual, formalizou denúncia interna de assédio sexual praticado por seu superior hierárquico, relatando abordagens constrangedoras reiteradas no ambiente de trabalho. Dez dias após a denúncia, foi dispensada sem justa causa, sem qualquer motivação formal por parte da empregadora. Juliana ajuizou reclamação trabalhista postulando o reconhecimento da dispensa como retaliação discriminatória à denúncia apresentada, a condenação ao pagamento de indenização por dano moral em razão do assédio sofrido, e requereu, em caráter de urgência, sua reintegração provisória ao emprego até o julgamento final da demanda. Alegou, ainda, que não dispõe de testemunhas presenciais dos episódios de assédio, por terem ocorrido em situações de isolamento propositalmente criadas pelo superior hierárquico, e requereu a inversão do ônus da prova quanto aos fatos narrados.

Sobre o caso hipotético apresentado,

- a) **caracterize assédio sexual no ambiente de trabalho e analise os efeitos jurídicos da dispensa.**
- b) **analise, à luz da legislação processual trabalhista, o cabimento da tutela de urgência para a reintegração provisória de Juliana e a possibilidade de distribuição dinâmica do ônus da prova quanto aos fatos relativos ao assédio.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

QUESTÃO 6

A Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* aprovou e a Governadoria do Estado sancionou projeto de lei versando sobre matéria ambiental, em especial sobre as seguintes temáticas:

- i) flexibilização da concessão de licenciamento ambiental, sem delimitação das atividades que farão jus ao processo simplificado;
- ii) permissão genérica para contratação de pessoas físicas ou jurídicas e para a celebração de convênios para auxiliar no licenciamento ambiental; e
- iii) transferência da análise das questões relativas ao reassentamento de populações da fase de obtenção da Licença de Instalação (LI) para a da Licença de Operação (LO).

Com base na situação hipotética narrada, à luz da jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal, das disposições constitucionais e legais aplicáveis à temática e do entendimento doutrinário prevalecente, responda, de forma fundamentada, aos questionamentos a seguir.

- a) **Avalie a constitucionalidade do projeto de lei aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado *Alfa* e sancionado pela Governadoria do Estado.**
- b) **Conceitue o princípio do poluidor-pagador.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

QUESTÃO 7

Renata foi contratada pelo Estado do Acre, com fundamento na Lei Complementar Estadual nº 58/1998, para exercer função de excepcional interesse público em órgão da Administração direta, por 24 meses, findos os quais o contrato foi regularmente encerrado, sem qualquer vínculo efetivo.

Durante todo o período, Renata contribuiu obrigatoriamente para o regime de previdência cabível. Três anos depois, foi aprovada em concurso público e empossada em cargo efetivo de nível superior do Estado do Acre, passando a ser segurada obrigatória do regime de previdência cabível, gerido pelo ACREPREVIDÊNCIA. Ao requerer certidão de tempo de contribuição, Renata pretende que o período trabalhado como contratada temporária seja aproveitado no cômputo de sua futura aposentadoria pelo cargo efetivo.

Com base exclusivamente na Constituição Federal e na legislação previdenciária de regência,

- a) indique o regime previdenciário ao qual Renata esteve obrigatoriamente vinculada durante o contrato temporário e o fundamento constitucional dessa vinculação.**
- b) avalie a possibilidade de aproveitamento, para a futura aposentadoria no cargo efetivo, do tempo de contribuição vertido durante o contrato anterior de 24 meses. Fundamente sua resposta.**
- c) indique os requisitos exigidos para a concessão da aposentadoria voluntária de Renata no cargo efetivo, esclarecendo se eventual período averbado é apto para suprir o requisito de tempo mínimo no cargo efetivo em que se der a aposentadoria.**

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

QUESTÃO 8

A Secretaria de Estado de Fazenda, com o objetivo de atrair sociedades empresárias do ramo do comércio eletrônico, elaborou minuta de decreto que institui o “*Programa Estado Mais Competitivo*”.

O ato pretende conceder, unilateralmente e sem autorização legislativa específica, crédito presumido de ICMS correspondente a 60% (sessenta por cento) do imposto devido pelas sociedades empresárias participantes, pelo prazo de quatro anos. A minuta do decreto previu, ainda, a remissão de 20% (vinte por cento) do principal e dos juros de créditos de ICMS já constituídos e a anistia de 50% (cinquenta por cento) das multas aplicadas. A minuta do decreto determinou que, caso as sociedades empresárias não ingressarem no programa, os créditos seriam imediatamente inscritos em dívida ativa e executados, com recusa de emissão de certidão de regularidade fiscal. Contudo, parte desses créditos foi objeto de recursos administrativos tempestivos, ainda pendentes de julgamento pelo Conselho de Contribuintes do Estado, órgão responsável pelo julgamento, em última instância administrativa, dos recursos interpostos pelos contribuintes contra atos e decisões sobre matéria fiscal.

A exposição de motivos do decreto estimou renúncia de receita de R\$ 40 milhões por exercício, sem indicar uma estimativa do impacto para os exercícios subsequentes, demonstração de compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias ou medida de compensação, afirmando, apenas, que a instalação das sociedades empresárias ampliará futuramente a arrecadação e a oferta de empregos.

Sobre o caso hipotético enunciado,

- a) analise a validade da concessão, por decreto, do crédito presumido, da remissão e da anistia, indicando os requisitos constitucionais e legais aplicáveis aos benefícios de ICMS.
- b) examine os efeitos dos recursos administrativos tempestivos sobre a exigibilidade dos créditos, sua inscrição em dívida ativa, o ajuizamento de execução fiscal e a expedição de certidão de regularidade fiscal.
- c) avalie o atendimento das exigências relativas à renúncia de receita e indique as providências financeiro-orçamentárias necessárias para a implementação do programa.

Obs.: o(a) candidato(a) deve fundamentar suas respostas. A mera indicação ou transcrição de dispositivos normativos, desacompanhada da devida fundamentação, não será considerada suficiente para fins de pontuação.

RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

Realização

